

Teste — Filosofia da Religião

11.º Ano Filosofia 3 páginas 10 questões · 20 valores

Instruções: Responda a todas as questões. Cada questão vale 2 valores (total: 20 valores). Justifique as respostas de desenvolvimento com os conceitos e os autores estudados. Duração: 45 minutos.

Grupo I — Questões de resposta curta (10 valores)

1. (2 v) Formule o problema da existência de Deus e distinga ateísmo de agnosticismo.

2. (2 v) Explícite o conceito teísta de Deus, indicando os seus atributos essenciais e distinguindo-o do deísmo e do panteísmo.

3. (2 v) Enuncie o argumento cosmológico (Tomás de Aquino) e indique se é *a priori* ou *a posteriori*.

4. (2 v) Enuncie o argumento ontológico (Anselmo) e explique por que razão é *a priori*.

5. (2 v) Caracterize a posição fideísta de Pascal e explique em que sentido apostar não é uma prova da existência de Deus.

Grupo II — Questões de desenvolvimento (10 valores)

6. (2 v) Explique o argumento teleológico e apresente uma objeção forte ao seu passo central.

7. (2 v) Clarifique o argumento do mal, distinguindo mal moral, físico e metafísico, e mostre por que razão atinge o conceito teísta.

8. (2 v) Analise criticamente a resposta de Leibniz ao argumento do mal, indicando a sua tese e uma objeção.

9. (2 v) Compare as três posições sobre a relação entre razão e fé e assuma posição fundamentada por uma delas.

10. (2 v) «*Tudo o que existe tem explicação natural, logo Deus não existe.*» Avalie criticamente este raciocínio, mobilizando os conceitos de demarcação, Deus das lacunas e justificação racional.

Soluções — Teste: Filosofia da Religião

1. (2 v) Problema: existirá Deus, e haverá razões racionais para afirmar ou negar a sua existência? Ateísmo: nega a existência de Deus (posição afirmativa, com razões). Agnosticismo: não afirma nem nega — sustenta que a questão excede a capacidade humana de decisão racional. Distinção: o ateu nega; o agnóstico suspende o juízo quanto à possibilidade de decidir.
2. (2 v) Deus onipotente (todo-poderoso), onisciente (sabe tudo), sumamente bom, criador e pessoal; acrescentam-se em regra eternidade e perfeição. Deísmo: Deus criou o mundo mas não intervém. Panteísmo: Deus identifica-se com o todo, não é um ser distinto.
3. (2 v) Tudo o que se move é movido por outro e tudo o que é causado tem causa; não é possível uma série infinita de causas em ato, pelo que é necessário um primeiro motor / causa incausada, a que se chama Deus. É *a posteriori* — parte da observação do movimento e da causalidade.
4. (2 v) Deus é «aquilo de que nada maior se pode pensar»; se existisse apenas no entendimento, poderia pensar-se algo maior (o mesmo existindo também na realidade); logo, Deus existe na realidade. É *a priori* porque parte apenas do conceito de Deus, sem recorrer a qualquer dado da experiência.
5. (2 v) Fideísmo: a fé não se funda em demonstrações — o «Deus de Abraão, Isaac e Jacob» não é o «Deus dos filósofos»; a crença decide-se no coração, e a razão é limitada perante o infinito. A apostar não prova a existência de Deus: é um argumento *prudencial* — mostra que, se a questão é indecível pela razão, apostar na fé é razoável (custo finito, ganho possível infinito), mas nada diz sobre a verdade da tese.
6. (2 v) Argumento: os seres naturais agem em vista de um fim, com ordem regular (a semente tende a dar árvore; o olho para ver); a ordem finalista exige uma inteligência ordenadora — Deus (analogia da flecha e do arqueiro). Objeção ao passo central: a ordem *aparente* não prova um projetista — a evolução por seleção natural explica adaptações sem qualquer inteligência; e as imperfeições e o sofrimento na natureza falam contra uma ordenação perfeita.
7. (2 v) Argumento: se Deus é onipotente e sumamente bom, poderia e quieria eliminar o mal; mas existe mal; logo, ou Deus não possui ambos os atributos como o conceito teísta os define, ou não existe. Tipos: mal moral (causado por escolhas livres), mal físico (sofrimento, catástrofes), mal metafísico (limitação própria dos seres finitos). Atinge o conceito teísta porque este *combina* onipotência com suma bondade — e a coexistência de ambas com o mal é o que se torna problemática.
8. (2 v) Tese de Leibniz (teodiceia): de todos os mundos possíveis, Deus escolheu criar o melhor; nesse mundo o mal é *permitido* — não querido — porque torna possíveis bens maiores: o livre-arbítrio (para haver escolhas genuinamente boas, tem de ser possível escolher mal), a ordem natural e a superação. Objeção: a tese é indemonstrável (basta imaginar um mundo com um sofrimento a menos para que o nosso pareça não ser o melhor possível) e é eticamente contestável — justificar o sofrimento concreto por um «bem maior» do conjunto trata as vítimas como meios.
9. (2 v) Conflito: a razão e a fé disputam o mesmo terreno — só uma pode vencer (ateísmo militante; fideísmo radical). Independência: domínios separados — a ciência descreve o «como», a religião responde ao «porquê». Integração: a razão serve a fé (teologia natural) e a fé ilumina a razão (Tomás de Aquino, Leibniz). Posição fundamentada (modelo): integração — exige compatibilidade lógica entre as duas ordens sem reduzir uma à outra, evitando tanto o conflito estéril como a separação que deixa a fé sem qualquer controlo racional; mas reconhece-se a dificuldade de traçar a fronteira entre as duas ordens.
10. (2 v) (modelo) O raciocínio é falacioso por duas razões. (1) *Confusão de ordens*: explicar *como* algo acontece por mecanismos naturais não decide *se* existe uma intenção ou sentido — as duas questões não competem; mesmo que tudo tenha causa natural, isso não exclui (nem estabelece) uma ordem de finalidade. (2) *Salto indevido*: «tudo tem explicação natural» é, ela própria, uma tese universal não verificável (metafísica), pelo que não pode servir de premissa empírica para negar Deus sem circularidade. Além disso, a formulação usa o padrão do *Deus das lacunas* ao contrário: presume que, preenchidas as lacunas explicativas, a hipótese de Deus fica dispensada — o que só seria válido se a crença fosse uma hipótese explicativa concorrente com a ciência, o que os teístas não têm de aceitar. Conclusão: o argumento não prova a inexistência de Deus; no máximo, mostra que Deus não é necessário *como explicação científica*.